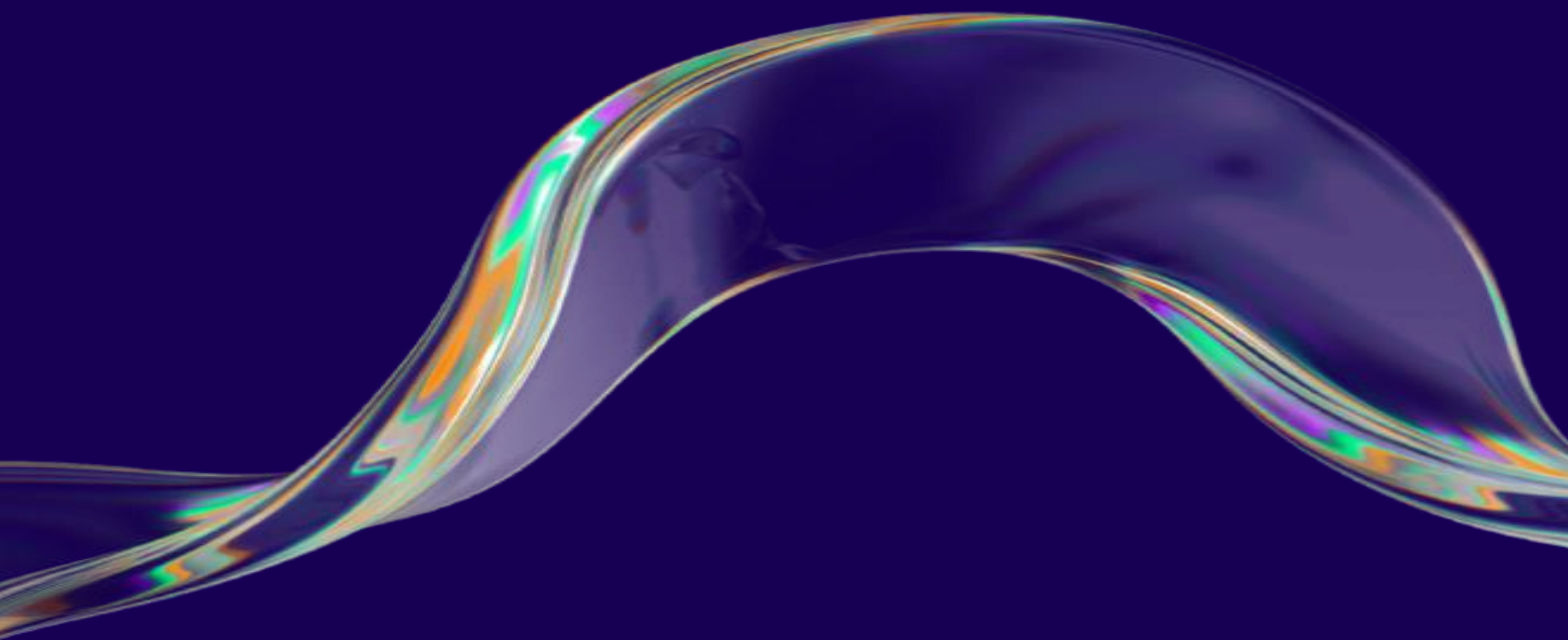


Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A.



**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023 e
relatório dos auditores
independentes**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Ventos de São Vinícius Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Vinícius Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS") e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Ventos de São Vinícius Energias Renováveis S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Índice

Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Balanço patrimonial	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1	Considerações gerais	8
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	8
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB	9
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos	10
5	Receita	11
6	Custos e despesas	12
7	Resultado financeiro líquido	12
8	Caixa e equivalentes de caixa e Fundo de Liquidez - conta reserva.....	12
9	Contas a receber de clientes	13
10	Imobilizado.....	14
11	Intangível	17
12	Financiamentos	17
13	Provisão de ressarcimento	19
14	Provisões para litígios	20
15	Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos	21
16	Partes relacionadas	22
17	Patrimônio líquido	23
18	Imposto de renda e contribuição social.....	23
19	Instrumentos financeiros e gestão de risco.....	24
20	Seguros.....	30

Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2023	2022
Receita líquida	5	32.134	31.484
Custo com energia elétrica	6	(1.896)	(1.668)
Custo com operação	6	(15.906)	(13.831)
Lucro bruto		14.332	15.985
Despesas operacionais	6		
Gerais e administrativas		(805)	(571)
Outras despesas operacionais		-	(2)
		(805)	(573)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		13.527	15.412
Resultado financeiro líquido	7		
Receitas financeiras		4.540	3.216
Despesas financeiras		(8.621)	(9.030)
		(4.081)	(5.814)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		9.446	9.598
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	18	(2.604)	(2.093)
Lucro líquido do exercício		6.842	7.505

Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	6.842	7.505
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	6.842	7.505

Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		9.446	9.598
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Juros e variações monetárias de financiamentos	12 (c)	7.648	7.998
Depreciação e amortização	6	8.374	8.361
Provisão de ressarcimento	13 (c)	3.830	2.348
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento	13 (c)	274	318
Apropriação dos custos de captações	12 (c)	191	191
Rendimento sobre fundo de liquidez conta reserva		(645)	(576)
Ajuste a valor presente sobre obrigações de desmobilização de ativos	15 (b)	348	332
Ajuste a valor presente de arrendamentos	7	3	-
Reversão de obrigações socioambientais		-	(331)
		<u>29.469</u>	<u>28.239</u>
Decréscimo (acrécimo) em ativos			
Contas a receber de clientes		(1.044)	(177)
Tributos a recuperar		(145)	-
Demais créditos e outros ativos		(551)	1
Acrécimo (decrécimo) em passivos			
Fornecedores		(495)	(35)
Tributos a recolher		(555)	(459)
Partes relacionadas		256	(7)
Demais obrigações e outros passivos		273	179
Caixa proveniente das operações		<u>27.208</u>	<u>27.741</u>
Juros pagos sobre financiamentos	12 (c)	(6.816)	(7.328)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.800)	(1.644)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>18.592</u>	<u>18.769</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Resgate de (aplicação em) conta reserva		1.091	(540)
Aquisição de imobilizado		(22)	(350)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento		<u>1.069</u>	<u>(890)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Liquidação de financiamentos	12 (c)	(7.824)	(7.743)
Liquidação de arrendamentos		(17)	-
Dividendos pagos	1.1.1 (a)	(1.782)	(1.591)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(9.623)</u>	<u>(9.334)</u>
Acrécimo em caixa e equivalentes de caixa		<u>10.038</u>	<u>8.545</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>26.235</u>	<u>17.690</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>36.273</u>	<u>26.235</u>

Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A.
Balanco patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	36.273	26.235
Contas a receber de clientes	9	5.115	4.071
Tributos a recuperar		153	8
Outros ativos		861	310
		<u>42.402</u>	<u>30.624</u>
Não circulante			
Fundo de liquidez - conta reserva	8	5.234	5.680
		<u>5.234</u>	<u>5.680</u>
Imobilizado			
Intangível	10	125.004	132.891
Direito de uso sobre contratos de arrendamento	11	4.981	5.168
		97	-
		<u>130.082</u>	<u>138.059</u>
Total do ativo		<u>177.718</u>	<u>174.363</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Financiamentos	12	7.950	7.896
Fornecedores		861	1.094
Arrendamentos		54	-
Tributos a recolher		665	416
Partes relacionadas	16	39	13
Provisão de ressarcimento	13	6.850	7.255
Obrigações socioambientais	15	534	534
Dividendos a pagar	16	1.625	1.782
Outros passivos		452	179
		<u>19.030</u>	<u>19.169</u>
Não circulante			
Financiamentos	12	72.818	79.673
Arrendamentos		44	-
Tributos a recolher		905	905
Partes relacionadas	16	230	-
Provisão de ressarcimento	13	7.602	3.093
Obrigações de desmobilização de ativos	15	3.750	3.402
		<u>85.350</u>	<u>87.073</u>
Total do passivo		<u>104.380</u>	<u>106.242</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	17	53.946	53.946
Reservas de lucros		19.392	14.175
Total do patrimônio líquido		<u>73.338</u>	<u>68.121</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>177.718</u>	<u>174.363</u>

Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

			Reservas de Lucros			
	Nota	Capital social	Reserva Legal	Retenção	Lucros acumulados	Patrimônio Líquido
Em 1º de janeiro de 2022		53.946	1.197	7.256	-	62.399
Lucro líquido exercício		-	-	-	7.505	7.505
Total resultado abrangente do exercício		-	-	-	7.505	7.505
Destinação do resultado do exercício		-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal		-	375	-	(375)	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos		-	-	-	(1.783)	(1.783)
Retenção de lucros		-	-	5.347	(5.347)	-
Contribuições e distribuições aos acionistas		-	375	5.347	(7.505)	(1.783)
Em 31 de dezembro de 2022		53.946	1.572	12.603	-	68.121
Lucro líquido exercício		-	-	-	6.842	6.842
Total resultado abrangente do exercício		-	-	-	6.842	6.842
Destinação do resultado do exercício	17(c)	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal		-	342	-	(342)	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos		-	-	-	(1.625)	(1.625)
Retenção de lucros		-	-	4.875	(4.875)	-
Contribuições e distribuições aos acionistas		-	342	4.875	(6.842)	(1.625)
Em 31 de dezembro de 2023		53.946	1.914	17.478	-	73.338

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.
7 de 30

1 Considerações gerais

A Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima fechada com sede em Curral Novo do Piauí, estado do Piauí, que tem como objetivo a geração e a comercialização da energia produzida pela central geradora eólica denominada EOL Ventos de São Vicente 08, bem como sua exploração e manutenção.

A Companhia é controlada direta da Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A. ("Ventos de São Vicente") – única acionista - e indireta da Auren Energia S.A. ("Auren").

A Companhia é produtora independente de energia elétrica, no estado do Piauí, pelo prazo de 35 anos contados a partir de março de 2016 e possui outorga de geração de energia, na cidade de Curral Novo do Piauí, estado do Piauí, através da Portaria MME nº 75/2016, emitida pelo Ministério de Minas e Energia – MME. A Companhia possui capacidade instalada de 29,4 MW e compõe o complexo eólico Ventos do Piauí I.

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e ocorrem de acordo com as regras e procedimentos de comercialização da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

A energia produzida é vendida, em sua maioria, por meio de contratos de longo prazo no ambiente de contratação regulado, obtidos em leilões promovidos ANEEL, com preços fixos indexados à inflação.

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras de forma abreviada:

- ACR – Ambiente de Contratação Regulada;
- ACL – Ambiente de Contratação Livre;
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- LEN – Leilão de Energia Nova.

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2023

1.1.1 Principais eventos societários

(a) Dividendos deliberados e pagos

Em 27 de abril de 2023, a Administração da Companhia deliberou o pagamento de dividendos para sua controladora Ventos de São Vicente, no montante de R\$ 1.782, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O pagamento dos dividendos ocorreu em 21 de julho de 2023.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2023, o que inclui os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS")) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS") incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* ("IFRIC"), ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 11 de março de 2024.

2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real ("R\$").

2.4 Operação em conjunto (*joint operation*) incluída nas demonstrações financeiras

Operação em conjunto (*joint operation*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras de forma proporcional à participação da Companhia na controlada em conjunto.

A Companhia possui participação de 14,28% na empresa Consórcio Ventos do Piauí ("Consórcio"), havendo controle em conjunto com as consorciadas: i) Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.; ii) Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.; iii) Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.; iv) Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.; v) Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A. e vi) Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.

O Consórcio tem por objeto a construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns, especialmente a subestação coletora, a subestação seccionadora/ elevadora, a linha de transmissão, entre outros, para uso de todas as Consorciadas.

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia em 2023

Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

(b) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia em 2023

A Companhia analisou as emendas às normas contábeis mencionadas abaixo e não identificou impactos em suas políticas operacionais e contábeis.

- (i) CPC 50 – Contratos de seguros – Adoção inicial;
- (ii) CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis – Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis;

- (iii) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Prover *guidance* sobre a distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis;
- (iv) CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture - Prover *guidance* para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.

(c) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024, para as quais não se espera efeitos significativos para a Companhia:

Pronunciamentos alterados	Natureza da alteração
CPC 06 - Arrendamento	Especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que se entende por direito de adiar a liquidação; (ii) que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras; (iii) que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de <i>covenants</i> futuros dentro de doze meses.
CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: evidenciação	Esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta Contábil
10	Imobilizado
11	Intangível
13	Provisão de ressarcimento
14	Provisão para litígios
15	Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo. A Companhia segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida das controladas da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional (“SIN”).

As operações de venda de energia realizadas pela Companhia são reconhecidas contabilmente nas demonstrações financeiras pelo seu valor justo.

Contratos Regulados - Leilão de Energia: representados por venda de energia proveniente da geração dos parques eólicos, no âmbito de contratação por disponibilidade no mercado regulado, conforme participação em leilões de energia nova (“LEN”).

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

	Nota	2023	2022
Receita bruta			
Venda de energia			
Leilão de Energia Nova (LEN)		35.944	34.329
Provisão de ressarcimento	13(c)	(3.830)	(2.348)
Partes relacionadas	16	502	863
Energia de curto prazo - CCEE		78	21
		32.694	32.865
Outras receitas			
Venda créditos de carbono - Partes relacionadas	16	708	209
		708	209
		33.402	33.074
Deduções sobre a receita bruta			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(1.157)	(1.136)
ICMS sobre receitas operacionais			(351)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE		(111)	(103)
		(1.268)	(1.590)
Receita líquida		32.134	31.484

6 Custos e despesas

	2023			2022	
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Energia comprada	(401)	-	-	(401)	(385)
Tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST	(1.495)	-	-	(1.495)	(1.283)
Depreciação e amortização	-	(8.302)	(72)	(8.374)	(8.361)
Materiais	-	(185)	(64)	(249)	(77)
Materiais	-	(185)	(64)	(249)	(77)
Serviços	-	(6.298)	(621)	(6.919)	(4.851)
Serviços de operação e manutenção O&M	-	(5.789)	-	(5.789)	(4.060)
Serviços de terceiros	-	(297)	(267)	(564)	(601)
Serviços de manutenção	-	(212)	(354)	(566)	(190)
Outros custos e despesas líquidas	-	(1.121)	(48)	(1.169)	(1.115)
Aluguéis e arrendamentos	-	(527)	(42)	(569)	(524)
Seguros	-	(554)	(3)	(557)	(486)
Impostos, taxas e contribuições	-	(36)	(36)	(72)	(28)
Outros custos e despesas líquidas	-	(4)	33	29	(77)
	(1.896)	(15.906)	(804)	(18.607)	(16.072)

7 Resultado financeiro líquido

	Nota	2023	2022
Receitas financeiras			
Rendimentos sobre aplicações financeiras		4.477	3.119
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento	13(c)	63	96
Outras receitas financeiras		-	1
		4.540	3.216
Despesas financeiras			
Juros sobre financiamentos	12 (c)	(6.789)	(7.329)
Atualização monetária sobre financiamentos	12 (c)	(859)	(669)
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento	13 (c)	(337)	(414)
Apropriação dos custos de captações	12 (c)	(191)	(191)
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	15 (b)	(348)	(332)
Ajuste a valor presente de arrendamentos		(3)	-
Outras despesas financeiras		(94)	(95)
		(8.621)	(9.030)
		(4.081)	(5.814)

8 Caixa e equivalentes de caixa e Fundo de Liquidez - conta reserva

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

	2023	2022
Caixa		
Caixa e bancos	162	919
	162	919
Equivalentes de caixa		
Quotas de fundos de investimentos (i)	29.001	25.205
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	7.110	111
	36.111	25.316
Caixa e equivalentes de caixa	36.273	26.235
Fundo de liquidez - Conta reserva (ii)		
Não circulante	5.234	5.680
	5.234	5.680
	41.507	31.915

Em 31 de dezembro de 2023, os CDBs e fundo de liquidez – conta reserva possuem taxa de remuneração entre 99,35% e 100,31% do CDI (100,22% e 101,90% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

(i) As quotas de fundo de investimento referem-se ao fundo exclusivo da Auren, Fundo Aquilae. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.

(ii) Os contratos de financiamento da Companhia exigem a manutenção do fundo de liquidez em conta reserva como garantia, correspondente a 3 (três) vezes o valor da prestação do serviço da dívida e 3 (três) vezes o valor da prestação dos serviços de operação e manutenção, que deverão permanecer compostas durante toda a vigência dos contratos de financiamentos.

8.1 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas e do fundo de liquidez – conta reserva:

	2023	Rating local 2022
AAA	41.507	31.910
AA	-	5
	41.507	31.915

Os ratings decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's*, *Moody's* e *Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura por elas.

9 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Pós Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pelas controladas da Companhia no ambiente de comercialização livre e regulado, normalmente, possuem prazo de recebimento entre 45 e 60 dias.

(a) Composição

	2023	2022
Contratos regulados – Leilão LEN	5.025	4.003
Partes relacionadas (Nota 16)	48	68
Energia de curto prazo - CCEE	42	-
	<u>5.115</u>	<u>4.071</u>

(b) Vencimentos de contas a receber

	2023	2022
A vencer	5.073	4.071
Vencidos até 3 meses	42	-
	<u>5.115</u>	<u>4.071</u>

A Administração analisou os saldos vencidos de contas a receber de clientes e concluiu que não há histórico de perda, dessa forma, não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes.

10 Imobilizado

Política contábil

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão.

As taxas de depreciações utilizadas pela Companhia são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa N°674/2015 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (Vide nota 15 – Obrigações com desmobilizado de ativos).

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A

perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

(a) Composição e movimentação

	<u>Aerogeradores</u>	<u>Máquinas e Equipamentos</u>	<u>Edifícios e construções</u>	<u>Desmobilização de ativos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Custo de Servidão</u>	<u>Obras em andamento</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo no início do exercício									
Custo	160.421	5.333	6.980	1.725	17	145	105	174.726	176.276
Depreciação acumulada	(39.081)	(1.049)	(1.217)	(459)	(6)	(23)	-	(41.835)	(34.300)
Saldo líquido no início do exercício	<u>121.340</u>	<u>4.284</u>	<u>5.763</u>	<u>1.266</u>	<u>11</u>	<u>122</u>	<u>105</u>	<u>132.891</u>	<u>141.976</u>
Adições	-	-	-	-	-	-	284	284	350
Depreciação	(7.585)	(295)	(241)	(45)	(1)	(4)	-	(8.171)	(8.173)
Remensurações	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.257)
Transferências	-	115	-	-	-	-	(115)	-	(5)
Saldo no final do exercício	<u>113.755</u>	<u>4.104</u>	<u>5.522</u>	<u>1.221</u>	<u>10</u>	<u>118</u>	<u>274</u>	<u>125.004</u>	<u>132.891</u>
Custo	160.421	5.448	6.980	1.725	17	145	274	175.010	174.726
Depreciação acumulada	(46.666)	(1.344)	(1.458)	(504)	(7)	(27)	-	(50.006)	(41.835)
Saldo líquido no final do exercício	<u>113.755</u>	<u>4.104</u>	<u>5.522</u>	<u>1.221</u>	<u>10</u>	<u>118</u>	<u>274</u>	<u>125.004</u>	<u>132.891</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %	5	5	3	3	6	3			

11 Intangível

Política contábil

Direitos de exploração de recursos naturais

Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos relativos à exploração de recurso eólico são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo do período de autorização.

Após o início da operação do parque eólico, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção.

Softwares

As licenças adquiridas e os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis aos softwares são registrados no ativo intangível. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos.

(a) Composição e movimentação

	Softwares	Direitos de exploração de recursos naturais	2023	2022
Saldo no início do exercício				
Custo	25	6.406	6.431	6.426
Amortização acumulada	(13)	(1.250)	(1.263)	(1.075)
Saldo líquido no início do exercício	12	5.156	5.168	5.351
Amortização	(5)	(182)	(187)	(188)
Transferências	-	-	-	5
Saldo no final do exercício	7	4.974	4.981	5.168
Custo	25	6.406	6.431	6.431
Amortização acumulada	(18)	(1.432)	(1.450)	(1.263)
Saldo líquido no final do exercício	7	4.974	4.981	5.168
Taxas médias anuais de amortização - %	3	5		

12 Financiamentos

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

(a) Composição

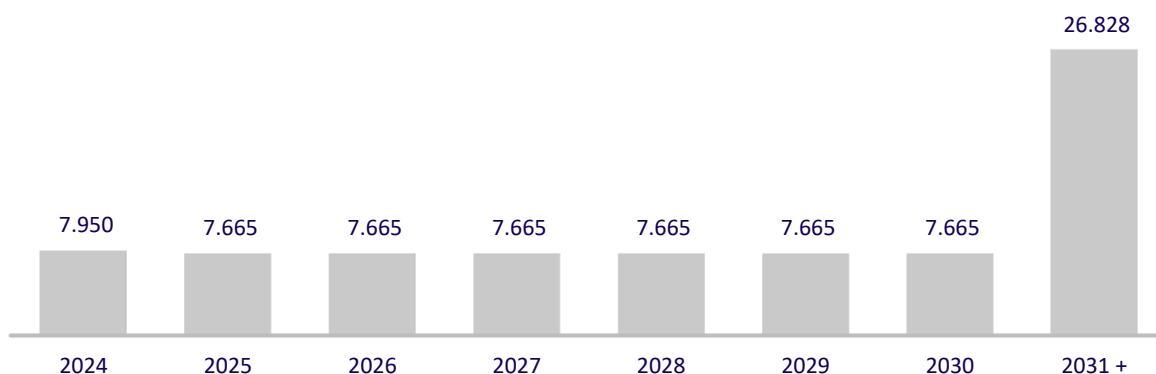
		Circulante					Não circulante				2023
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor justo	
BND	TJLP+2,16%	7.856	(191)	285	7.950	74.634	(1.816)	72.818	80.768	75.239	
		<u>7.856</u>	<u>(191)</u>	<u>285</u>	<u>7.950</u>	<u>74.634</u>	<u>(1.816)</u>	<u>72.818</u>	<u>80.768</u>	<u>75.239</u>	

		Circulante					Não circulante				2022
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor justo	
BND	TJLP+2,16%	309	(191)	7.778	7.896	(2.007)	81.680	79.673	87.569	73.762	
		<u>309</u>	<u>(191)</u>	<u>7.778</u>	<u>7.896</u>	<u>(2.007)</u>	<u>81.680</u>	<u>79.673</u>	<u>87.569</u>	<u>73.762</u>	

BND - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional.

(b) Perfil de vencimento



O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

(c) Movimentação

	2023	2022
Saldo no início do exercício	87.569	94.451
Provisão de juros (Nota7)	6.789	7.329
Atualização monetária (Nota7)	859	669
Apropriação dos custos de captações (Nota7)	191	191
Juros pagos	(6.816)	(7.328)
Liquidações	(7.824)	(7.743)
Saldo no final do exercício	80.768	87.569

(d) Garantias

Modalidade	Garantias
BNDES	Garantia prestada pela Votorantim S.A. e pela Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.; Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.

(e) Condições restritivas (não auditado)

Os financiamentos obtidos pela Companhia contêm cláusulas restritivas (*covenants*) financeiras e não financeiras.

Atualmente, o único *covenant* financeiro existente é o Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (ICSD), que possui a obrigatoriedade de manutenção desse índice em maior ou igual a 1,2x, apurado a cada encerramento do exercício.

A Administração da Companhia monitora esses índices para que as condições sejam atendidas, sendo que em 31 de dezembro de 2023 não existe qualquer descumprimento dessas condições.

Vide a seguir, quadro com a composição do ICSD em 31 de dezembro de 2023:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	6.842	7.505
Imposto de renda e contribuição social	2.604	2.093
Lucro líquido do exercício antes dos impostos	9.446	9.598
(+) Resultado financeiro, líquido	4.081	5.814
(+) Depreciação e amortização	8.374	8.361
EBITDA Ajustado	21.901	23.773
(-) Imposto de renda e contribuição social	(2.604)	(2.093)
Geração de caixa da atividade [a]	19.297	21.680
Serviço de dívida [b]	(14.640)	(15.071)
(-) Pagamento de juros	(6.816)	(7.328)
(-) Pagamento de principal	(7.824)	(7.743)
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD [a]/[b]	1,32	1,44

13 Provisão de ressarcimento

Política contábil

A conta de provisão de ressarcimento à CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais e são reconhecidos no resultado como ajuste positivo ou negativo da receita, na rubrica “Receita bruta de venda de energia - ACR”. A Administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

(a) Ressarcimento anual

Contratos LEN: Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente, no ciclo base de apuração, e o PLD médio do mesmo período, aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Tais acertos financeiros, dependendo do leilão, ocorrem ou em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita, sendo que neste caso, o número de parcelas pode variar caso o montante a ser deduzido seja maior que a receita mensal, ambos a partir do segundo mês do próximo ano contratual. Caso a energia fornecida seja superior à energia contratada, as faixas estarão compreendidas entre 130% e 100%, de acordo com o ano atual de apuração do ressarcimento quadriênial, sendo que os limites de tolerância são: 130% no primeiro ano, 120% no segundo ano, 110% no terceiro ano ou 100% no quarto ano. Para esses casos, a Companhia receberá o valor equivalente a aplicação do PLD sobre o montante em MWh conforme limite de tolerância, em parcela única a partir do segundo mês do próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas da Companhia à CCEE.

(b) Ressarcimento quadriênial

Contratos LEN: Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadriênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre ou em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita, sendo que neste caso, o número de parcelas pode variar caso o montante a ser deduzido seja maior que a receita mensal, em ambos os casos a partir de fevereiro do ano subsequente ao último ano contratual de cada quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas da Companhia à CCEE. Não há acerto financeiro quadriênial para energia fornecida acima dos limites, uma vez que, nessa hipótese, os valores serão liquidados nos critérios enquadrados no ressarcimento anual.

(c) Composição e movimentação

			2023	2022
	Ressarcimento anual	Ressarcimento quadrienal	Total	Total
Saldo no início do exercício	-	10.348	10.348	7.682
Adições (Nota 5)	824	3.855	4.679	2.348
Constrained-off (i) (Nota 5)	(171)	(678)	(849)	-
Atualização monetária (Nota 7)	-	274	274	318
Saldo no final do período	653	13.799	14.452	10.348
Circulante	-	6.850	6.850	7.255
Não Circulante	653	6.949	7.602	3.093
	653	13.799	14.452	10.348

(i) A ANEEL emitiu o Despacho nº 2.303/2019 determinando à CCEE que proceda à suspensão dos ressarcimentos estabelecidos na Contratação de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, referentes ao ano contratual apurado a partir de agosto de 2019, até a decisão final sobre o resultado da instauração da Audiência Pública nº 034/2019 que visa regular os procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas.

A ANEEL, em 23 de março de 2021, publicou a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, condição necessária para a retomada da cobrança dos ressarcimentos. Porém, em 13 de maio de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 355/22, em que informa que está realizando adequações e testes sistêmicos, bem como troca de informações e validação de parâmetros de entrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), e que, concluída essa etapa, apresentará ao mercado, por meio de comunicado, novo cronograma de operacionalização dos cálculos dos ressarcimentos.

Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, que divulga o cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que terão início em junho de 2023 e serão realizadas em parcelas de 2 a 4 meses, e que contempla apenas os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021. Para o período a partir de outubro de 2021 ainda será divulgado novo cronograma, pois a Consulta Pública ANEEL nº 22/2022 não foi concluída.

14 Provisões para litígios

Política contábil

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Ações tributárias

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui apenas processos de natureza tributária com prognóstico de perda possível, no montante atualizado de R\$ 290.

15 Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos

(a) Obrigações de desmobilização de ativos

Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades do parque eólico. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões. Estas estimativas são revisadas anualmente pela Companhia.

(b) Composição e movimentação das provisões

	Obrigações socioambientais	Desmobilização de ativos	(-) Ajuste a valor presente de desmobilização de ativos	2023	2022
Saldo no início do exercício	534	52.142	(48.740)	3.936	5.192
Remensuração	-	-	-	-	(1.257)
Reversões	-	-	-	-	(331)
Realização do ajuste a valor presente (Nota 7)	-	-	348	348	332
Saldo no final do exercício	534	52.142	(48.392)	4.284	3.936
Circulante	534	-	-	534	534
Não circulante	-	52.142	(48.392)	3.750	3.402
	534	52.142	(48.392)	4.284	3.936

16 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. No curso normal das operações, a Companhia realiza contratos com partes relacionadas (coligadas e acionistas), relacionados principalmente, à compra e venda de energia e serviços.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora indireta Auren.

	Ativo		Passivo		Vendas de Energia e outras receitas (Nota 5)		Compras, serviços e outros	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Contas a receber de clientes (Nota 9) - Vendas								
CESP Comercializadora de Energia S.A.	27	-	-	-	247	-	-	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	21	68	-	-	963	1.072	-	-
	<u>48</u>	<u>68</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.210</u>	<u>1.072</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Fornecedores - compras								
Votorantim S.A.	-	-	24	-	-	-	(141)	(130)
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	15	13	-	-	(327)	(237)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>39</u>	<u>13</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(468)</u>	<u>(367)</u>
Dividendos a pagar								
Ventos São Vicente Energias Renováveis S.A.	-	-	1.625	1.782	-	-	-	-
Outros débitos (i)								
Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.	-	-	230	-	-	-	(230)	-
	<u>48</u>	<u>68</u>	<u>1.894</u>	<u>1.795</u>	<u>1.210</u>	<u>1.072</u>	<u>(698)</u>	<u>(734)</u>

(i) Referem-se a títulos a pagar da tarifa do uso de transmissão.

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 53.946, composto por 53.946.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

(b) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado à conta de retenção de lucros prevista no estatuto social da Companhia (reserva para investimentos), que terá por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e expansão das suas atividades sociais, até que tal reserva atinja o valor equivalente a 80% (oitenta por cento) da cifra do capital, observado o disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

(c) Distribuição de lucros

É reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2023, após a destinação da reserva legal, a Companhia provisionou os dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 1.625 (R\$ 1.783 em 31 de dezembro de 2022), reconhecido em dividendos a pagar.

Cálculo

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	6.842	7.505
(-) Reserva legal - 5%	(342)	(375)
Lucro ajustado do exercício (Saldo para distribuição de dividendos)	6.500	7.130
(-) Dividendos mínimos obrigatórios - 25% conforme estatuto	1.625	1.783
(=) Saldo de lucros acumulados	4.875	5.347
(-) Retenção de lucros	(4.875)	(5.347)
	-	-

18 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e a contribuição social. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos.

Nos exercícios de 2023 e 2022, a Companhia recolheu os respectivos tributos com base no lucro presumido e auferiu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia, e para as vendas de crédito de carbono com base na alíquota de presunção de 32% (IRPJ e CSLL) e, para as receitas financeiras, nenhuma alíquota de presunção é aplicada, sendo considerada, portanto, a totalidade das mesmas conforme legislação vigente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecido como despesa de imposto de renda e contribuição social o montante de R\$ 2.604 (R\$ 2.093 em 31 de dezembro de 2022).

(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício de doze meses findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	2023					
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas de Venda (Crédito de Carbono)		Receitas Tributadas 100% (Financeira)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Bruta tributável	32.694	32.694	708	708	4.540	4.540
% de Presunção da Base	8%	12%	32%	32%		
Base de cálculo Presumida	2.616	3.923	227	227	4.540	4.540
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	630	353	57	20	1.135	409

	2022					
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas de Venda (Crédito de Carbono)		Receitas Tributadas 100% (Financeira)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Bruta Tributável	32.865	32.865	209	209	3.216	3.216
Exclusão ICMS ST - Vendas Incentivadas	(352)	(352)	-	-	-	-
Total Receita Tributável	32.513	32.513	209	209	3.216	3.216
% de Presunção da Base	8%	12%	32%	32%		
Base de cálculo Presumida	2.629	3.944	67	67	3.216	3.216
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	633	355	17	6	804	289

(b) Efeito no resultado

	2023	2022
Total do IRPJ e CSLL no resultado	2.604	2.093
% de IRPJ e CSLL Sobre a receita tributável	6,86%	5,82%

19 Instrumentos financeiros e gestão de risco

19.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros - classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” exceto pela variação cambial reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nível	2023	2022
Ativos			
Ao custo amortizado			
Contas a receber de clientes (Nota 9)	1	5.115	4.071
Ao valor justo por meio do resultado (i)			
Equivalentes de caixa (Nota 8)	1	36.111	25.316
Fundo de liquidez - Conta reserva (Nota 8)	1	5.234	5.680
		<u>41.345</u>	<u>30.996</u>
		<u>46.460</u>	<u>35.067</u>
Passivos			
Ao custo amortizado			
Financiamentos (Nota 12) (ii)		80.768	87.569
Arrendamentos		98	-
Fornecedores		861	1.094
Partes relacionadas (Nota 16)		269	13
		<u>81.996</u>	<u>88.676</u>

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

(ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 12

A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 – Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

19.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental, (e) risco de não performance dos parques eólicos e (f) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia, seguem a Política de Gestão de Riscos Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 8.1. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Ventos de São Vinicius Energias Renováveis S.A.
Notas explicativas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Até 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 3 anos</u>	<u>Entre 3 e 5 anos</u>	<u>A partir de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2023					
Financiamentos (i)	(13.907)	(25.903)	(23.442)	(51.678)	(114.930)
Fornecedores	861	-	-	-	861
Arrendamentos	54	44	-	-	98
Partes relacionadas	269	-	-	-	269
	<u>(12.723)</u>	<u>(25.859)</u>	<u>(23.442)</u>	<u>(51.678)</u>	<u>(113.702)</u>
Em 31 de dezembro de 2022					
Financiamentos (i)	14.365	26.890	24.434	62.458	128.147
Fornecedores	1.094	-	-	-	1.094
Partes relacionadas	13	-	-	-	13
	<u>15.472</u>	<u>26.890</u>	<u>24.434</u>	<u>62.458</u>	<u>129.254</u>

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

A Companhia está sujeita a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores há multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia considera estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) Risco de não performance dos parques eólicos

A Companhia possui em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que possui negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras da Companhia.

(f) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo eventuais operações sujeitas à variação cambial e das taxas de juros.

(i) Risco cambial

O risco cambial está associado à possibilidade de variação nas taxas de câmbio, o que afeta o resultado financeiro e os saldos indexados à moeda estrangeira. A proteção de risco cambial da Companhia busca atingir um baixo nível de exposição cambial em seus ativos e passivos e compromissos designados em moeda estrangeira, os quais são permanentemente monitorados.

(ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de contratos operacionais e financiamentos. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia os quais são permanentemente monitorados.

19.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, fundo de liquidez – conta reserva e dos financiamentos é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2023 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2023, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2024;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2023;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2023.

Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Unidade	Choque nas curvas de 31/12/2023	Impactos no resultado				
					Cenário I		Cenários II & III		
					Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros									
CDI 11,65%	Equivalentes de caixa e fundo de liquidez – conta reserva	41.345	BRL mil	-69 bps*	(283)	(1.204)	(2.408)	1.204	2.408
TJLP 6,53%	Financiamentos (i)	82.775	BRL mil	-2 bps*	17	1.351	2.703	(1.351)	(2.703)

(i) Valores não contemplam custos de captação.

* *basis points*

20 Seguros

A Companhia mantém em vigor apólices de cobertura de seguros de riscos patrimoniais. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites, considerados, pela Administração, adequados aos riscos inerentes da operação.

Modalidade	Principais coberturas	Vencimento
Patrimonial	Danos Materiais e Lucros Cessantes	até junho/2024
RCG	RC Operações, Empregador, Poluição Súbita, Danos Morais, entre outras	até fevereiro/2024

O prêmio total pago para a contratação dos seguros acima mencionados é de aproximadamente R\$ 550 em 31 de dezembro de 2023.